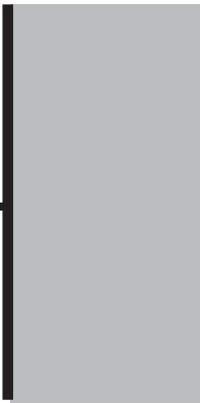


Área de Transportes e Obras Públicas



ÍNDICE

PREFÁCIO	261
BALANÇO DA ACCÃO GOVERNATIVA EM 2020	262
1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO	262
1.1. PLANO DIRECTOR	262
1.2. RENOVAÇÃO URBANA.....	262
1.3. GESTÃO DE SOLOS.....	262
1.4. ÁGUAS TERRITORIAIS.....	263
1.5. INFORMAÇÃO CADASTRAL.....	263
2. CONSTRUÇÕES E INVESTIMENTOS DE DESENVOLVIMENTO	264
2.1. HABITAÇÃO PÚBLICA.....	264
2.2. QUARTA PONTE MACAU-TAIPA.....	264
2.3. ATERROS	264
2.4. METRO LIGEIRO.....	264
2.5. NOVO ACESSO ENTRE GUANGDONG E MACAU.....	265
2.6. COMPLEXO DE CUIDADOS DE SAÚDE DAS ILHAS.....	265
2.7. EDIFÍCIO DE ESPECIALIDADE DE SAÚDE PÚBLICA.....	266
2.8. NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL	266
2.9. EDIFÍCIO DO COMANDO DO CPSP E UNIDADE TÁCTICA DE INTERVENÇÃO POLICIAL.....	266
2.10. EDIFÍCIO DOS SERVIÇOS DE ALFÂNDEGA.....	266
2.11. TÚNEL DE KÁ-HÓ.....	266
2.12. OBRAS DE PREVENÇÃO DE INUNDAÇÕES.....	266
2.13. COMPORTA DO PORTO INTERIOR.....	267
2.14. OUTROS TRABALHOS.....	267

3.	HABITAÇÃO.....	267
3.1.	PLANEAMENTO DA OFERTA DE HABITAÇÃO PÚBLICA.....	267
3.2.	ATRIBUIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE HABITAÇÃO PÚBLICA.....	267
3.3.	ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS.....	268
4.	TRANSPORTES.....	269
4.1.	AUTOCARROS.....	269
4.2.	AVIAÇÃO.....	269
4.3.	TERMINAIS MARÍTIMOS.....	270
4.4.	TÁXIS DE ALUGUER.....	270
4.5.	AUTO-SILOS E ESTACIONAMENTO.....	270
4.6.	REDES PEDONAIS.....	270
4.7.	METRO LIGEIRO.....	271
5.	PROTECÇÃO AMBIENTAL.....	271
5.1.	PLANEAMENTO.....	271
5.2.	RESÍDUOS SÓLIDOS.....	271
5.3.	ÁGUAS RESIDUAIS.....	272
5.4.	CONSERVAÇÃO ENERGÉTICA E RECICLAGEM DE RESÍDUOS ALIMENTARES.....	273
5.5.	MELHORIA DA QUALIDADE DO AR.....	273
5.6.	RESPOSTA A FENÓMENOS METEOROLÓGICOS EXTREMOS.....	273
6.	GESTÃO DE FORNECIMENTO PÚBLICO.....	274
6.1.	FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE.....	274
6.2.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	274
6.3.	SERVIÇOS POSTAIS E TELECOMUNICAÇÕES.....	274
6.4.	GESTÃO DE REDES.....	275
6.5.	FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL.....	275
	LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO FINANCEIRO DE 2021.....	276
1.	PLANEAMENTO URBANÍSTICO.....	276
1.1.	PLANO DIRECTOR.....	276
1.2.	RENOVAÇÃO URBANA.....	276

1.3. GESTÃO DE SOLOS.....	276
1.4. ÁGUAS TERRITORIAIS.....	277
1.5. INFORMAÇÃO CADASTRAL.....	277
2. CONSTRUÇÕES E INVESTIMENTOS DE DESENVOLVIMENTO	278
2.1. ATERROS	278
2.2. QUARTA PONTE MACAU-TAIPA.....	278
2.3. HABITAÇÃO PÚBLICA.....	279
2.4. RESIDÊNCIAS PARA IDOSOS.....	279
2.5. METRO LIGEIRO.....	279
2.6. NOVO ACESSO ENTRE GUANGDONG E MACAU.....	280
2.7. TÚNEL DE KÁ-HÓ.....	280
2.8. SAÚDE.....	280
2.9. SEGURANÇA.....	281
2.10. OBRAS DE PREVENÇÃO DE INUNDAÇÕES.....	281
2.11. OUTROS TRABALHOS.....	282
3. HABITAÇÃO.....	282
3.1. HABITAÇÃO PÚBLICA.....	282
3.2. ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS	283
3.3. ACTIVIDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA	284
4. TRANSPORTES.....	284
4.1. TRANSPORTES TERRESTRES.....	284
4.2. AVIAÇÃO.....	286
4.3. TRANSPORTES MARÍTIMOS DE PASSAGEIROS	287
5. PROTECÇÃO AMBIENTAL.....	287
5.1. PLANEAMENTO.....	287
5.2. RESÍDUOS SÓLIDOS.....	287
5.3. ÁGUAS RESIDUAIS.....	288
5.4. CONSERVAÇÃO ENERGÉTICA E RECICLAGEM DE RESÍDUOS ALIMENTARES....	288

5.5. MELHORIA DA QUALIDADE DO AR.....	289
5.6. RESPOSTA A FENÓMENOS NATURAIS.....	289
6. GESTÃO DE FORNECIMENTO PÚBLICO.....	290
6.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	290
6.2. FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE.....	290
6.3. FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL.....	290
6.4. GESTÃO DE REDES.....	291
6.5. SERVIÇOS POSTAIS E TELECOMUNICAÇÕES.....	291
CONCLUSÃO	292

PREFÁCIO

O crescimento e o desenvolvimento sustentável da nossa Região continuam a ser os grandes focos da acção governativa da tutela dos Transportes e Obras Públicas. Através de diversas medidas em áreas distintas, mas interrelacionadas, como a Habitação, Transportes, Ambiente, Telecomunicações e Meteorologia, procuramos garantir que a cidade oferece uma cada vez maior qualidade de vida aos seus residentes.

O Plano Director, que tem sido uma prioridade constante dos nossos trabalhos por Macau carecer de tal instrumento de planeamento urbanístico, foi finalmente concluído e submetido a consulta pública.

Também recolhemos opiniões sobre a Linha Leste do Metro Ligeiro, que se pretende que ligue a Taipa às Portas do Cerco, com passagem pelas novas zonas urbanas, e cuja construção aumentará consideravelmente a extensão da rede e os benefícios deste meio de transporte ecológico.

As obras da Linha de Seac Pai Van e da ligação do metro a Hengqin avançam em breve e já está em curso a obra da quarta ponte Macau-Taipa.

Até ao fim do ano, vamos iniciar as obras dos lotes B4, B9 e B10, na zona A, onde serão construídas cerca de 3000 fracções de habitação económica.

Queremos que 2021 marque o início de uma nova fase de crescimento da nossa cidade, com a transformação deste aterro, que tem a maior área e será a primeira das novas zonas urbanas planeadas a avançar, numa zona habitacional moderna que responda às necessidades e expectativas da população com soluções inovadoras.

De salientar ainda a implementação de um mecanismo permanente de candidaturas à habitação social e a exigência de novos requisitos às operadoras de autocarros que permitirão a melhoria dos serviços ao longo dos próximos anos.

Seguindo o princípio da continuidade e transparência dos trabalhos e com base em compromissos e parcerias, mantemos o empenho para a cumprimento das metas traçadas.

BALANÇO DA ACÇÃO GOVERNATIVA EM 2020

1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO

1.1. PLANO DIRECTOR

Na área dos Transportes e Obras Públicas, a elaboração do Plano Director de Macau tem sido um trabalho desenvolvido de forma permanente. A consulta pública sobre o projecto deste Plano, efectuada ao abrigo da Lei do Planeamento Urbanístico, decorreu, entre Setembro e Novembro de 2020, tendo-se auscultado, de forma abrangente, as opiniões e sugestões de todos os sectores da sociedade, estando, actualmente, as mesmas a ser estruturadas e analisadas.

Foi concluído o estudo para a definição das directrizes que permitem a introdução de melhoramentos ao planeamento urbanístico e a elaboração do plano de urbanização da Zona A, que visa rever e otimizar o planeamento inicial e definir as directrizes para a concepção da urbanização da referida zona.

No âmbito da quinta ligação Macau-Taipa, que será feita através de túnel, aguardam-se os pareceres dos serviços competentes do Estado relativos ao respectivo estudo.

1.2. RENOVAÇÃO URBANA

O relatório preliminar do estudo da renovação urbana já foi entregue pela entidade de consultoria responsável e o Conselho para a Renovação Urbana irá, até finais do ano, pronunciar-se sobre o mesmo.

Com o objectivo de minimizar o impacto da epidemia do novo tipo de coronavírus, os serviços do Governo da RAEM lançaram uma série de medidas sob o princípio “Trabalho Sim, Caridade Não”, nomeadamente obras de embelezamento de bairros comunitários (renovação de fachadas). As obras de embelezamento que abrangeram a Vila de Coloane e a zona comunitária da Igreja de S. Lázaro, da responsabilidade da área dos Transportes e Obras Públicas, já foram concluídas. Na segunda metade do ano, foram iniciadas as obras de ampliação dos passeios no Jardim do Comendador Ho Yin e de melhoramento dos passeios na Avenida Padre Tomás Pereira da Taipa.

1.3. GESTÃO DE SOLOS

Até ao fim de Agosto de 2020, o Governo da RAEM publicou, ao abrigo da Lei de Terras, 80 despachos de declaração da caducidade da concessão de terrenos com uma área total

superior a 698 600 m², tendo 44 lotes sido já recuperados com sucesso, por força da lei, abrangendo uma área total superior a 319 300 m².

Dos terrenos recuperados por declaração da caducidade das concessões, três foram reaproveitados para instalações públicas, tendo sido construído um edifício para os serviços públicos, estando outro em construção, enquanto outro terreno está a ser aproveitado para a construção de um posto operacional temporário do Corpo de Bombeiros, numa área total de 6400m².

Com o objectivo de aproveitar os terrenos recuperados, o Governo da RAEM esboça planos de aproveitamento, tendo em conta a situação actual das diferentes zonas e as necessidades reais do desenvolvimento social, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população e o alargamento do espaço para actividades da comunidade.

1.4. ÁGUAS TERRITORIAIS

O Governo da RAEM está a impulsionar os trabalhos relativos ao zoneamento marítimo funcional e ao planeamento das áreas marítimas, nos termos da Lei de Bases de Gestão das Áreas Marítimas e em articulação com o Plano Director. A Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água promove a gestão e o aproveitamento das áreas marítimas, de acordo com as respectivas atribuições. Em primeiro lugar, será elaborada a proposta de Lei de Utilização das Áreas Marítimas e procurar-se-á avançar com este processo legislativo, tendo em conta as «Instruções relativas ao processo de elaboração de leis e regulamentos administrativos».

1.5. INFORMAÇÃO CADASTRAL

Na área dos Transportes e Obras Públicas, os recursos das informações geográficas da RAEM e a aplicação das mesmas continuam a ser desenvolvidos. Assim, com base na plataforma das informações geográficas, foi acrescentada uma nova função de pesquisa dos itinerários a percorrer por via rodoviária e pedonal, do número de habitantes, da densidade populacional, entre outros dados estatísticos geográficos. Por outro lado, foi divulgada a nova versão da aplicação "GeoGuide para Emergências", que disponibiliza a função de planeamento do percurso a pé para um Centro de Acolhimento de Emergência mais próximo do utilizador, bem como informação sobre o abastecimento de água e salubridade pública em caso de emergência e de ocorrência de ciclone tropical, proporcionando ao público a obtenção de informações geográficas úteis nessas circunstâncias. Planeia-se o lançamento desta aplicação ainda no segundo semestre do ano de 2020.

O Sistema de Informação Geográfica de Canalizações Subterrâneas Urbanas foi aperfeiçoado e planeia-se que, no segundo semestre de 2020, sejam incluídas as cotas de nível e as respectivas informações cadastrais pertinentes para o sistema de canalizações subterrâneas, com vista a prestar apoio aos serviços da Administração na fiscalização e gestão das instalações das canalizações subterrâneas.

Ainda no segundo semestre de 2020 será lançada a Base dos Programas de Aplicação das Informações Geográficas, podendo o público e as empresas solicitar a utilização do mapa *on-line* da Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro para a consulta, designadamente, das informações geográficas básicas.

2. CONSTRUÇÕES E INVESTIMENTOS DE DESENVOLVIMENTO

Devido ao impacto causado pela situação epidémica, várias obras públicas sofreram atrasos a diferentes níveis e os serviços responsáveis pela construção disponibilizaram, nas suas páginas electrónicas, informações relativas ao andamento das obras.

2.1. HABITAÇÃO PÚBLICA

Continuam a ser promovidas as obras da habitação social da Avenida de Venceslau de Moraes, de Tamagnini Barbosa e de Mong-Há.

Com a conclusão do processo de adjudicação, as obras de fundações e caves dos lotes B4, B9 e B10 da Zona A (com um total de 3011 fracções), destinados à habitação económica, serão iniciadas no quarto trimestre.

Foram concluídas as obras de terraplanagem da habitação pública da Avenida Wai Long e foi iniciado o projecto do edifício de instalações públicas, da primeira fase da habitação pública e das obras de infraestruturas. Está em curso a adjudicação da concepção e execução das obras de estabilização do talude da primeira fase.

2.2. QUARTA PONTE MACAU-TAIPA

A obra foi iniciada em Março de 2020. Será iniciada, por fases, a adjudicação das obras dos acessos, em articulação com a construção da ponte.

2.3. ATERROS

A Zona C tem uma área de cerca de 32 hectares. Devido às dificuldades do Interior da China no fornecimento de areia, a obra de aterro está atrasada.

2.4. METRO LIGEIRO

As obras iniciadas pelo então Gabinete para as Infraestruturas de Transportes (GIT) são acompanhadas pelo Gabinete para o Desenvolvimento de Infraestruturas (GDI), que

continuará a promover o desenvolvimento da rede do Metro Ligeiro, de acordo com o programado.

Ligação Taipa-Macau

A obra na Ponte de Sai Van para a ligação da Linha da Taipa à península de Macau será iniciada no final do ano. Está em curso a obra da Estação da Barra, enquanto a empreitada do Centro Intermodal de Transportes da Barra se encontra concluída.

Linha de Seac Pai Van

A Linha de Seac Pai Van terá um comprimento total de 1,6 quilómetros, abrangendo as estações do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas e de Seac Pai Van. A abertura das propostas teve lugar em Setembro, esperando-se que a obra possa ser iniciada até ao fim do ano.

Linha da Ilha de Hengqin

A concepção preliminar da empreitada foi concluída em 2020 e a obra, que ficará a cargo de uma entidade do Interior da China, será iniciada no quarto trimestre.

2.5. NOVO ACESSO ENTRE GUANGDONG E MACAU

Estão em curso as obras de acabamento e de instalação de equipamentos electromecânicos do lado de Macau do edifício do Posto Fronteiriço Qingmao.

Também estão a ser realizados os trabalhos relativos às estruturas principais do lado de Zhuhai e o acesso transfronteiriço do Posto.

A primeira fase das obras de reordenamento do Canal dos Patos já se encontra na fase de conclusão e, por conseguinte, a parte de Zhuhai dará início aos trabalhos da segunda fase, tendo como objectivo de eliminar a questão de má qualidade e mau cheiro das águas daquela zona.

2.6. COMPLEXO DE CUIDADOS DE SAÚDE DAS ILHAS

Continuam a ser promovidas as obras da estrutura principal dos edifícios do Hospital Geral, de Apoio Logístico e de Administração e Multi-Serviços, bem como as obras de caves e superestruturas do Edifício Residencial para Trabalhadores.

As obras de construção do Edifício do Laboratório Central foram iniciadas no terceiro trimestre.

2.7. EDIFÍCIO DE ESPECIALIDADE DE SAÚDE PÚBLICA

Em 2020, serão concluídas as obras de fundações. Foi também concluído o processo de adjudicação para a obra da superestrutura.

2.8. NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL

Foi iniciada, em meados de 2019, a terceira fase para a construção das instalações administrativas, porém, devido ao impacto causado pela situação epidémica, a obra sofreu atrasos.

2.9. EDIFÍCIO DO COMANDO DO CPSP E UNIDADE TÁCTICA DE INTERVENÇÃO POLICIAL

A abertura das propostas para a sua construção teve lugar em Setembro.

2.10. EDIFÍCIO DOS SERVIÇOS DE ALFÂNDEGA

A abertura das propostas para a construção da sede dos Serviços de Alfândega ocorreu em Agosto.

2.11. TÚNEL DE KÁ-HÓ

Continua a ser promovida, em 2020, a obra do acesso à zona Leste do Cotai.

2.12. OBRAS DE PREVENÇÃO DE INUNDAÇÕES

O Governo da RAEM continua a promover os trabalhos relativos à prevenção e escoamento de inundações, que abrangem as zonas do Porto Exterior, Fai Chi Kei até à Ilha Verde, Praça de Ponte e Horta e Lado Oeste de Coloane. Entre esses trabalhos, foi iniciada a empreitada nas zonas do Fai Chi Kei até à Ilha Verde. Por outro lado, foram iniciados os trabalhos de elaboração de projectos da obra de drenagem na Praça de Ponte e Horta. Quanto à obra de protecção contra inundações e de drenagem no lado oeste de Coloane, foram concluídos os trabalhos de planeamento, encontrando-se, em curso, a realização do estudo de viabilidade da obra.

Foi concluído o estudo de viabilidade dos tanques elevados de água, com 50 metros de altura, em Seac Pai Van e na Taipa Pequena, estando, em curso, a proceder à ponderação da localização e das necessidades reais.

2.13. COMPORTA DO PORTO INTERIOR

Foram iniciados, em 2020, os trabalhos de modelagem digital para testar, em tempo real, a barragem de maré no Porto Interior, de forma a avaliar de forma científica, mediante simulação, a eficácia da construção, de forma a fundamentar a tomada de decisão.

2.14. OUTROS TRABALHOS

Esta tutela continua a promover as obras públicas já iniciadas, nomeadamente a construção de viadutos elevados e reordenamento da rede viária da Rotunda da Piscina Olímpica, a reparação e melhoria do túnel subaquático da Universidade de Macau, o arruamento na zona leste do reservatório de Seac Pai Van, o edifício da Administração no ZAPE, a superestrutura do edifício do Ministério Público, entre outras. Por outro lado, atendendo ao impacto da situação epidémica, serão lançadas, de forma mais célere, as infraestruturas públicas e de transportes que estão intimamente ligadas à vida da população, nomeadamente a construção, na Zona A, do edifício de instalações públicas do Lote B6 e das vias provisórias, que foram iniciadas, com o intuito de criar condições favoráveis para o aumento da procura interna e recuperação da economia.

3. HABITAÇÃO

3.1. PLANEAMENTO DA OFERTA DE HABITAÇÃO PÚBLICA

Estão reservados terrenos na Zona A para a construção de 28 000 fogos de habitação pública, enquanto o projecto de habitação pública na Avenida Wai Long contará com cerca de 6500 fogos de habitação pública.

3.2. ATRIBUIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE HABITAÇÃO PÚBLICA

Habitação Social

Com a entrada em vigor, em 20 de Agosto de 2020, do novo Regime Jurídico da Habitação Social, dos diversos diplomas complementares e do respectivo despacho, passou a apresentação de candidaturas a ter carácter permanente, podendo a mesma ser feita por via electrónica. Foram ainda desenvolvidos trabalhos de divulgação da nova legislação para elevar a consciência dos arrendatários para o seu cumprimento.

Até 31 de Agosto de 2020, mais de metade das candidaturas ao concurso de habitação social de 2017 passou pelo processo de selecção, tendo sido atribuídas fracções a aproximadamente 2200 agregados familiares habilitados. Foram simultaneamente efectuados trabalhos no sentido de acelerar a conclusão das obras de renovação de 1000 fracções de habitação social para que estas fossem atribuídas a mais agregados familiares habilitados.

Com o intuito de reduzir os encargos dos agregados familiares da lista de espera por habitação social, o Governo deu continuidade, no corrente ano, à medida provisória de atribuição de abono de residência a esses agregados, tendo atribuído abono a um total de 1000 agregados familiares beneficiários, num valor total aproximado de cerca de 16 milhões de patacas. Além disso, foi mantida a isenção de pagamento das rendas de quase 90 por cento dos arrendatários de habitação social durante todo o ano em curso, para aliviar a pressão de recessão económica enfrentada pelos arrendatários.

Habitação Económica

O novo concurso para habitação económica foi concluído com sucesso, tendo sido recebidos mais de 37 mil boletins de candidatura, procedendo-se, após a apreciação preliminar, à graduação e à ordenação, sendo utilizado o sorteio informático para a definição, e depois publicação, da lista com a ordenação dos candidatos.

O Instituto de Habitação concluiu o trabalho de celebração de escrituras públicas dos agregados familiares habilitados a quem foram atribuídas fracções dos edifícios lat Fai, Fai Ieng, Cheng Tou e do Edifício do Bairro da Ilha Verde, tendo sido emitidos termos de autorização a outros promitentes-compradores de habitação económica para efeito de celebração de escritura junto de notários privados.

A alteração da Lei da Habitação Económica foi aprovada pela Assembleia Legislativa. Sob o princípio do uso adequado dos recursos, foi criado um regime de revenda baseado no princípio “habitação económica como bem público” e foram estabelecidas disposições sancionatórias para a residência na fracção de habitação económica por um período inferior a 183 dias, a fim de enfatizar o próprio carácter da habitação económica, que é destinada a apoiar os residentes a resolverem os problemas habitacionais, procurando impedir-se que a mesma assuma a natureza de produto de investimento.

3.3. ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS

Foi dado início à auscultação, no segundo trimestre do corrente ano, das opiniões do sector e das associações em relação à simplificação dos procedimentos de candidatura ao Fundo de Reparação Predial e à optimização dos diversos planos financeiros, tendo-se procedido, no segundo semestre do ano, à organização e análise das mesmas, sendo definidos os aspectos a serem revistos em cada um dos referidos planos.

Foram realizados vários *workshops* sobre a assembleia geral do condomínio e actividades do Dia de Promoção da Administração de Edifícios com palestras temáticas, destinadas

a representantes das sociedades comerciais de administração e das administrações dos edifícios, e foi distribuído o guia de funcionamento prático, pretendendo-se intensificar o conhecimento dos residentes e do sector sobre a administração de edifícios, de modo a incentivar os proprietários a organizarem e constituírem as próprias administrações dos edifícios, assumindo, assim, as suas responsabilidades.

Após a conclusão, no terceiro trimestre do corrente ano, da recolha das opiniões e sugestões da sociedade e do sector em relação à revisão da Lei da Actividade de Mediação Imobiliária, estão a ser estruturadas as opiniões sobre a alteração da lei, procedendo-se à ponderação integral sobre a situação da sua implementação, de modo a preparar-se o trabalho para a fase seguinte da consulta.

4. TRANSPORTES

Em 2020, a DSAT deu início aos trabalhos relativos ao balanço da Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020), bem como ao Estudo do Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030).

Perante o impacto causado pela situação epidémica, foram adoptadas diversas medidas que se revelaram necessárias na área dos transportes, nomeadamente a suspensão de todas as viagens de transporte marítimo de passageiros Macau-Hong Kong e Macau-Interior da China, o ajustamento da frequência dos autocarros e Metro Ligeiro e da localização dos postos de táxis, bem como a limpeza e desinfecção intensificadas nas cabines dos meios de transporte público terrestre. Foi apresentado um pedido para o adiamento da entrada em funcionamento dos 100 táxis especiais, que estava prevista para 2020, tendo também sido suspensa a realização do Estudo de Qualidade do Serviço dos Táxis de Macau 2020, prevista para este ano. Por outro lado, tendo em consideração que o contrato de concessão da Companhia de Transportes Aéreos Air Macau terminará em Novembro de 2020, bem como a situação acima referida, o Governo da RAEM decidiu prorrogar o prazo do contrato por três anos, de forma a assegurar um serviço aéreo estável e permanente.

4.1. AUTOCARROS

Foram concluídas as negociações com as duas operadoras de autocarros, tendo sido celebrados os novos contratos de concessão, que entrarão em vigor em 1 de Janeiro de 2021.

4.2. AVIAÇÃO

O Governo da RAEM e a Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau vão iniciar os trabalhos relacionados com a avaliação do impacto ambiental e a concepção da obra de aterro para a expansão do Aeroporto.

Será concluído, no final de 2020, o projecto de transformação de parte das instalações do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa no segundo terminal de passageiros do aeroporto.

4.3. TERMINAIS MARÍTIMOS

Foi concluída a terceira fase das obras do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, que abrange a construção do edifício para combate a incêndios, cais de *fuel* emergente, equipamentos de depósito de combustíveis e sistema de reabastecimento de combustíveis, acesso VIP, acesso de articulação e transferência marítima/aérea, entre outros trabalhos.

4.4. TÁXIS DE ALUGUER

Serão iniciados os trabalhos preparatórios para a criação do sistema de gestão de táxis, em prol de uma boa gestão deste serviço, mediante a instalação do sistema de terminal inteligente nos veículos, incluindo o aparelho de gravação de som e imagem, em articulação com o Regime Jurídico do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer e respectivos regulamentos administrativos.

4.5. AUTO-SILOS E ESTACIONAMENTO

Será criado o sistema de gestão inteligente de estacionamento público e os 1000 sensores de disponibilidade de lugares, que foram instalados nos parquímetros na primeira fase, entraram em funcionamento, podendo os utilizadores consultar a disponibilidade de lugares em tempo real, através da internet.

A entrada em funcionamento do parque de estacionamento na Rua de João Lecaros está prevista para antes do final do ano, disponibilizando ao público 46 lugares para veículos ligeiros e 56 lugares para motociclos e ciclomotores.

4.6. REDES PEDONAIS

Foi concluído o processo de adjudicação da obra do sistema pedonal da Colina da Guia (o chamado "túnel pedonal da Guia"), enquanto a obra de melhoramento da passagem superior pedonal, na Estrada da Areia Preta, já foi iniciada.

Continua a ser promovida a construção de uma passagem superior pedonal na Avenida do Comendador Ho Yin, na Ilha Verde, que fará a ligação do Posto Fronteiriço Qingmao até ao terminal de autocarros do Edifício do Bairro da Ilha Verde e zonas adjacentes.

Estão ainda em curso as obras da travessia pedonal ao longo da Avenida de Guimarães, na Taipa.

Criação de passadeiras com direcção oblíqua para reduzir a distância de travessia das vias, tendo como pontos de experiência as intersecções da Rua de Serenidade com a Rua da Tribuna e da Avenida do Almirante Lacerda com a Estrada do Repouso.

4.7. METRO LIGEIRO

Foi iniciado o estudo da Linha Leste, que terá um comprimento total de 7,65 quilómetros, com ponto de partida nas Portas de Cerco, seguindo pelo túnel da zona costeira para entrar no norte da Zona A e sair na parte sul, de forma a atravessar o mar para entrar na Zona E, fazendo, assim, a ligação com a Linha da Taipa, através do seu segmento de extensão e do viaduto.

No primeiro semestre de 2020, após uma comparação de diversas opções, foi apresentado um traçado preliminar da Linha Leste, que foi submetido a consulta pública, em conjunto com o anteprojecto do Plano Director, que teve início em 4 de Setembro, com um prazo de 60 dias. Por outro lado, continuará a ser realizada, no segundo semestre, a avaliação do impacto ambiental, de acordo com o previsto.

5. PROTECÇÃO AMBIENTAL

5.1. PLANEAMENTO

A DSPA realizou uma avaliação da execução do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020) e, ao mesmo tempo, levou avante os planos de acção e indicadores definidos do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2021-2025).

O Governo da RAEM continua, através de diversas acções de educação ambiental, a reforçar a promoção de um ambiente verde nos bairros comunitários. A DSPA tem a “Redução de Resíduos, Reciclagem” como foco dos trabalhos de educação ambiental e tem procurado, através de diferentes tipos de trabalhos de divulgação e educação, reforçar a sensibilização dos estudantes sobre a protecção ambiental. Este ano, continuam a ser desenvolvidos os trabalhos de divulgação da legislação sobre as “Restrições ao Fornecimento de Sacos de Plástico”.

Devido à pandemia, a DSPA, a DSAMA e o Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético reduziram as suas actividades colectivas de divulgação, recorrendo ao uso da plataforma *online* para reforçar as acções de divulgação e promoção no âmbito da protecção ambiental, da poupança de água e de conservação energética.

5.2. RESÍDUOS SÓLIDOS

O Governo da RAEM publicou, em Julho de 2020, o Regulamento Administrativo “Regime de Gestão de Resíduos de Materiais de Construção” que entrará em vigor no dia 17 de

Janeiro de 2021. A DSPA já deu início aos trabalhos de divulgação jurídica, tendo concluído, no Aterro para Resíduos de Materiais de Construção (ARMC), a construção das instalações complementares de *software* e *hardware* indispensáveis para a implementação da cobrança dos resíduos de materiais de construção, e foram realizados os testes relacionados.

Deu-se início à empreitada de despejo e transporte das lamas marinhas no ARMC, realizando-se gradualmente as obras de fundação dos diques e consolidação de colunas de pedras.

Foram concluídos os trabalhos de melhoria das características geotécnicas do terreno escolhido para as instalações de triagem de materiais inertes resultantes de demolições e construções e para o pré-tratamento de veículos velhos e obsoletos.

Deu-se início, de forma ordenada, à empreitada de expansão da Central de Incineração de Resíduos Sólidos.

Foi iniciada a investigação sobre os microplásticos em Macau e um estudo sobre as estratégias de resposta.

Em Abril de 2020, foi alargado o apoio financeiro ao sector de recolha de resíduos para a aquisição de cerca de 30 equipamentos e veículos, tendo sido também elevado o limite máximo de apoio financeiro até três milhões de patacas.

A DSPA continua a alargar a rede de reciclagem, tendo lançado o Programa de Reciclagem de Equipamentos Electrónicos e Eléctricos e o Programa “Reciclar em Edifícios é Muito Fácil”, para a colocação de contentores de recolha selectiva nos edifícios, tendo registado, até Agosto de 2020, a adesão de cerca de 740 edifícios, bem como um aumento o número dos locais fixos de recolha.

Por outro lado, a DSPA instalou mais 30 máquinas de recolha de garrafas de plástico nas paragens do metro ligeiro, nos postos transfronteiriços e nos pavilhões polidesportivos, perfazendo um total de 40; colocou gradualmente dispensadores de água nas instalações públicas de vários serviços públicos, perfazendo um total de 30.

5.3. ÁGUAS RESIDUAIS

A DSPA continua a desenvolver e a aperfeiçoar as instalações da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau, tendo já concluído a construção das instalações principais de tratamento de águas residuais, está neste momento a instalar os equipamentos electromecânicos.

Foi concluída a concepção preliminar da modernização da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Coloane e o estudo geotécnico em causa.

Deu-se início à revisão da concepção preliminar relativa às obras de construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais na Zona de Administração de Macau, na Ilha Fronteira Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e ao estudo geotécnico em causa.

5.4. CONSERVAÇÃO ENERGÉTICA E RECICLAGEM DE RESÍDUOS ALIMENTARES

Foi concluída a proposta de regulamento administrativo relativo ao Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Equipamentos de Tratamento de Resíduos Alimentares Sólidos.

O desenho preliminar das instalações de tratamento centralizado de resíduos alimentares será concluído no final deste ano.

Até Agosto de 2020, já foram substituídas cerca de 40% das lâmpadas das ruas de Macau por LED.

5.5. MELHORIA DA QUALIDADE DO AR

Foram actualizados, este ano, os padrões de qualidade do ar de Macau.

A DSPA já concluiu a alteração das normas de emissão de gases de escape de veículos em circulação, permitindo, assim, elevar os valores-limites de emissão dos automóveis a gasolina. As referidas normas de emissão entraram em vigor a 1 de Julho.

Já se encontra em processo legislativo a proposta de regulamento administrativo referente aos limites de emissão de fumos oleosos dos estabelecimentos de restauração.

Entrará em processo legislativo, no final deste ano, o regulamento administrativo relativo aos padrões de emissão de poluentes atmosféricos das fábricas de betão.

Foi dado início ao estudo sobre a regulação e o controlo de compostos orgânicos voláteis libertados por tintas de construção civil.

5.6. RESPOSTA A FENÓMENOS METEOROLÓGICOS EXTREMOS

Em resposta a fenómenos meteorológicos extremos que possam vir a ocorrer com mais frequência, foram instalados, pela Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, equipamentos e sistema de detecção automática de dados, e foi optimizada a capacidade de observação, previsão e emissão de alertas antecipados.

A revisão dos sinais de chuva intensa já foi concluída e entra oficialmente em vigor no dia 1 de Setembro.

Foi adicionada uma estação de monitorização do nível da água, será adicionada também, ainda este ano, uma estação meteorológica, e o sistema de avaliação integral de tempestades tropicais e *storm surge* entrará em operação no final do ano.

Já foram optimizados os meios e os critérios do sistema de aviso de tempo quente e frio, com base na análise e na experiência das regiões vizinhas.

Para responder com mais eficácia a catástrofes naturais, tais como sismos e *tsunamis*, o novo sistema de análise e previsão importado pela DSMG entrará em funcionamento em finais deste ano, permitindo reforçar as capacidades de verificação e alerta antecipado e otimizar os critérios de comunicação e informações no âmbito de protecção civil, bem como otimizar os mecanismos de verificação e aviso antecipado de desastres naturais, particularmente de sismos e *tsunamis*, através da cooperação regional e da partilha de dados.

6. GESTÃO DE FORNECIMENTO PÚBLICO

6.1. FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE

O Governo da RAEM está, neste momento, a avançar com os trabalhos de construção de nove postos de transformação, no exterior, dos quais cinco deverão estar concluídos no final deste ano.

Já foram concluídas as obras relativas às fundações da subestação de apoio à terceira interligação de transmissão eléctrica de alta tensão, estando a iniciar-se a construção da cave.

6.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O Governo da RAEM continua a promover a obra de ampliação da Barragem de Ká-Hó e, até Agosto, foi concluído cerca de 48% do volume total da obra.

As obras de construção da Estação de Tratamento de Água de Seac Pai Van serão concluídas no final deste ano.

Com base no Acordo de Fornecimento de Água Guangdong-Macau, o preço da água bruta a ser fornecida Guangdong a Macau, de 2020 a 2022, será aumentado cerca de 7% em comparação com o período anterior.

Foi concluída a consulta dos sectores sobre a revisão dos critérios e normas de qualidade da água potável estabelecidos no anexo do Regulamento de Águas e de Drenagem de Águas Residuais de Macau, os quais entrarão em processo legislativo, ainda este ano.

6.3. SERVIÇOS POSTAIS E TELECOMUNICAÇÕES

A Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações está a proceder à análise comparativa do projecto da “Lei das Telecomunicações” (outrora designada por “Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações”) com a “Lei de Bases das Telecomunicações”. Por outro lado, estão em curso os trabalhos preparatórios relativos a uma avaliação sobre o futuro da Concessão do Serviço Público de Telecomunicações baseada na Revisão Intercalar do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações.

A minuta da proposta de lei do Regime das Radiocomunicações já foi concluída, continuando a impulsionar-se o respectivo processo legislativo.

6.4. GESTÃO DE REDES

Incentivam-se, de acordo com o respectivo plano e faseadamente, instituições privadas de diferentes tipos a participar na iniciativa "FreeWiFi.MO", com o intuito de alargar a cobertura do serviço gratuito de Wi-Fi.

Segue-se o plano anual de trabalhos do Centro de Alerta e Resposta a Incidentes de Cibersegurança, com o objectivo de pôr em prática, de forma ordenada, os diversos trabalhos de supervisão.

6.5. FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL

A Concessionária já lançou o estudo de viabilidade do projecto do segundo gasoduto de fornecimento de gás em alta pressão, entre o Interior da China e Macau, que irá avaliar o gasoduto, a nível técnico, da segurança, ambiental e económico, entre outros aspectos.

Prevê-se que a versão preliminar da revisão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Importação e Transporte de Gás Natural seja concluída em finais deste ano, definindo-se a forma de fornecimento de gás e o mecanismo de preços.

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO FINANCEIRO DE 2021

1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO

1.1. PLANO DIRECTOR

Na área dos Transportes e Obras Públicas, será dada continuidade aos trabalhos de elaboração do Plano Director. Após concluída a consulta pública, as opiniões e sugestões recolhidas serão analisadas e estruturadas e será depois publicado o relatório final, com as respectivas conclusões.

Posteriormente, ao abrigo da Lei do Planeamento Urbanístico e da respectiva regulamentação, será auscultado o parecer do Conselho do Planeamento Urbanístico, o qual será analisado em conjugação com as opiniões recolhidas na consulta pública, e serão apresentadas eventuais propostas de alteração ao projecto do Plano Director, bem como serão acompanhados os trabalhos subsequentes.

Zona A

Em 2021, serão elaboradas as plantas de condições urbanísticas e os respectivos projectos, tendo em conta os resultados finais do estudo efectuado sobre o planeamento desta zona.

Quinta ligação Macau-Taipa

Se se concluir pela sua viabilidade, serão iniciados os trabalhos subsequentes.

1.2. RENOVAÇÃO URBANA

Serão iniciados os trabalhos subsequentes em coordenação com o processo legislativo do Regime Jurídico da Renovação Urbana.

1.3. GESTÃO DE SOLOS

A reserva de terrenos da RAEM abrange os terrenos dos Novos Aterros Urbanos, com uma área total de 3,5 km², os terrenos recuperados por declaração da caducidade das concessões e os terrenos recuperados que tinham sido ilegalmente ocupados.

Com o objectivo de aproveitar os terrenos recuperados, o Governo da RAEM elabora planos de aproveitamento para a construção nos mesmos de instalações de serviços públicos, armazéns, habitação pública, entre outros, numa área total estimada em cerca de 160 000 m², tendo em conta a situação actual das diversas zonas e as necessidades reais do desenvolvimento, de modo a melhorar a qualidade de vida da população e alargar o espaço para actividades da comunidade.

1.4. ÁGUAS TERRITORIAIS

O Governo da RAEM dará continuidade aos trabalhos de estudo e elaboração do zoneamento marítimo funcional e do plano das áreas marítimas e procederá, em cumprimento da Lei de Bases de Gestão das Áreas Marítimas, à consulta de opiniões junto do Governo Central.

A Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água empenhar-se-á, nomeadamente, na coordenação, conforme a lei, da gestão marítima, continuando a estabelecer comunicação e colaboração com a China Continental nos assuntos marítimos, no sentido de impulsionar, de forma ordenada, o processo legislativo quanto à matéria de utilização das áreas marítimas.

Proceder-se-á à estabilização e extensão das Barreiras de Protecção na Ponte Governador Nobre de Carvalho para aumentar a capacidade de protecção e será reforçado o controlo de navegação de embarcações, mediante negociação com as autoridades marítimas da China Continental, no sentido de reduzir os riscos de ocorrência de acidentes marítimos.

Proceder-se-á também à optimização dos radares e do sistema de videovigilância marítimo e ao aumento do número dos respectivos equipamentos, reforçando-se assim a gestão de tráfego e das áreas marítimas.

1.5. INFORMAÇÃO CADASTRAL

Será promovida a partilha interdepartamental das informações geográficas, mediante a disposição, a título experimental, de uma plataforma de gestão de informações geográficas, à qual as entidades responsáveis por vários tipos de informações geográficas terão acesso, com o objectivo de tornar a recolha, tratamento, integração e divulgação dessas informações mais conveniente e mais eficiente. Recolher-se-ão, por outro lado, opiniões do público e das entidades públicas relativamente à “interface de programação de aplicações de informação geográfica” (versão do público), lançada em 2020, e realizar-se-á um estudo sobre o aprofundamento e optimização dos serviços fornecidos pela “interface de programação”, contribuindo-se para uma aplicação com maior utilidade das informações geográficas que facilitam a vida quotidiana.

Aperfeiçoar-se-á o Sistema de Informações Geográficas de Canalizações Subterrâneas Urbanas e proceder-se-á à revisão e actualização das normas padronizadas dos dados geográficos das canalizações subterrâneas existentes, tendo em conta a disposição das galerias técnicas, assim como à recolha de opiniões sobre as necessidades de aplicação da Base de Dados Geográfica de Canalizações Subterrâneas Urbanas. Paralelamente, será reforçada a cooperação com diversos serviços fiscalizadores das canalizações subterrâneas para melhorar o atributo do conteúdo tridimensional que visa a promoção do desenvolvimento gradual da base de dados geográficos tridimensionais das canalizações subterrâneas.

Na Rede de Informação Cadastral, enquanto plataforma integrada de informações de terrenos, serão acrescentados, em 2021, mais dados visuais e estatísticos de terrenos, de forma a contribuir com recursos eficazes para a tomada de decisões no âmbito do desenvolvimento urbanístico e do planeamento do espaço urbano.

2. CONSTRUÇÕES E INVESTIMENTOS DE DESENVOLVIMENTO

2.1. ATERROS

A Zona C dos Novos Aterros tem uma área de cerca de 32 hectares, na parte Norte da Ilha da Taipa, na área marítima em frente à Avenida do Oceano, entre as pontes Sai Van e Governador Nobre de Carvalho. Devido às dificuldades do Interior da China no fornecimento de areia, a obra de aterro está atrasada, pelo que foi solicitado ao empreiteiro que acelere o andamento da obra.

2.2. QUARTA PONTE MACAU-TAIPA

A quarta ponte Macau-Taipa estabelecerá uma articulação entre a Zona A, a Zona E1 e a Zona de Administração na Ilha Artificial da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau. A ponte terá um comprimento de 3,1 quilómetros, dos quais cerca de 2,9 quilómetros fazem parte do troço sobre o mar, estando projetadas oito faixas de rodagem nos dois sentidos, sendo que as duas do meio servirão como faixas exclusivas para motociclos.

Em articulação com a construção desta ponte, serão iniciadas, por fases, as obras dos acessos. Será iniciado, em 2021, o processo de obtenção de propostas dos projectos dos arruamentos e das infraestruturas da Zona A.

2.3. HABITAÇÃO PÚBLICA

Habitação Social

Continuarão a ser promovidas as obras da habitação social da Avenida de Venceslau de Moraes, de Tamagnini Barbosa e a obra de Mong-Há será concluída em 2021.

Habitação Económica

Continuarão a ser realizadas as obras de fundações e de caves dos lotes B4, B9 e B10 da Zona A (com um total de 3011 fracções).

Habitação Pública da Avenida Wai Long

Foram iniciados os trabalhos relacionados com os projectos do edifício de instalações públicas, da primeira fase da habitação pública e das obras de infraestruturas. As obras para estabilização do talude da primeira fase serão iniciadas em 2021.

2.4. RESIDÊNCIAS PARA IDOSOS

Quanto ao edifício destinado a residências para idosos, no Lote P da zona da Areia Preta, foi decidido que a concepção e a execução das obras serão adjudicadas em simultâneo.

2.5. METRO LIGEIRO

Continua a ser promovida a construção do Metro Ligeiro de acordo com o programado.

Ligação Taipa-Macau

Foram iniciadas as obras no tabuleiro inferior da Ponte de Sai Van para a ligação da Linha da Taipa à península de Macau. Estão em curso as obras da Estação da Barra.

Linha de Seac Pai Van

A Linha de Seac Pai Van terá um comprimento total de 1,6 quilómetros, abrangendo as estações do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas e de Seac Pai Van. Em 2021 serão iniciadas as obras de fundações, em linha com as obras de estruturas de alguns viadutos.

Linha da Ilha de Hengqin

Serão iniciadas as obras de demolição e remoção de uma parte da zona do Posto Fronteiriço Flor de Lótus, as obras de fundações do segmento do Cotai, entre outras.

2.6. NOVO ACESSO ENTRE GUANGDONG E MACAU

Quanto à construção do novo acesso fronteiriço no antigo mercado abastecedor, local que foi escolhido mediante a cooperação Guangdong-Macau, serão concluídas, em 2021, as obras do lado de Macau do edifício do Posto Fronteiriço Qingmao, com uma área bruta de construção de 101 000 m², do lado de Zhuhai, de 40 700 m², e do acesso transfronteiriço do posto, de 24 000 m².

A primeira fase das obras de reordenamento do Canal dos Patos, que tem como objectivo melhorar a qualidade e a situação do mau-cheiro das águas daquela zona, será concluída em 2021 e, por conseguinte, a parte de Zhuhai dará início aos trabalhos da segunda fase.

2.7. TÚNEL DE KÁ-HÓ

Em 2019, foram concluídas as obras da estrutura principal do túnel de Ká-Hó. Continuar-se-á a promover a obra do acesso à zona Leste do Cotai, que abrange a construção de dois viadutos elevados com cerca de 400 metros de comprimento, quatro faixas de rodagem nos dois sentidos, bem como o reordenamento da rede viária adjacente.

2.8. SAÚDE

Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas

O empreendimento tem uma área bruta de construção de 420 000 m², sendo a tutela dos Transportes e Obras Públicas responsável pela execução das obras, em duas fases. A primeira fase foi iniciada após a recepção dos projectos devidamente apreciados e aprovados e dos respectivos processos de concurso prestados pela entidade utilizadora, abrangendo seis edifícios, nomeadamente o Instituto de Enfermagem, concluído em 2019, o Edifício Residencial para Trabalhadores, o Edifício do Laboratório Central, o Hospital Geral, o Edifício de Apoio Logístico e o Edifício de Administração e Multi-Serviços. Já a segunda fase inclui apenas a construção do Hospital de Reabilitação, sendo que a tutela dos Transportes e Obras Públicas dará início às obras após a recepção do respectivo projecto.

Continuam a ser promovidas as obras da estrutura principal dos edifícios do Hospital Geral, de Apoio Logístico e de Administração e Multi-Serviços, bem como as de caves e superestruturas do Edifício Residencial para Trabalhadores e do Edifício do Laboratório Central.

Edifício de Especialidade de Saúde Pública

O edifício disporá de 80 quartos individuais de isolamento e diversas instalações de apoio. Será também criada uma passagem superior para o Edifício de Alojamento dos Trabalhadores de Emergência de Saúde Pública e um túnel de ligação ao actual Centro Hospitalar Conde São Januário.

Após a conclusão das obras de fundações, seguir-se-á a obra da superestrutura.

2.9. SEGURANÇA

Edifício dos Serviços de Alfândega

O novo edifício dos Serviços de Alfândega, com uma área bruta de construção de 40 000 m², na Zona E1, terá nove pisos sendo dois em cave para parque de estacionamento, dispondo de diversas instalações de apoio. As obras serão iniciadas em 2021.

Edifício do Comando do CPSP e Unidade Tática de Intervenção Policial

O novo edifício do Comando do CPSP, na Zona E1, tem uma área bruta de construção de 80 000 m², e será composto por três edifícios com onze pisos sendo dois em cave para estacionamento, dispondo ainda de diversas áreas administrativas e operacionais. As obras serão iniciadas em 2021.

Novo Estabelecimento Prisional

A tutela dos Transportes e Obras Públicas é responsável pelas obras das três primeiras fases. A primeira fase inclui a construção de muros, infraestruturas e torre de vigilância, tendo sido concluída em 2015. A segunda fase, ou seja, a construção de oficinas e do edifício prisional, foi concluída em 2019, estando em curso a terceira fase, que abrange as instalações administrativas. Uma vez que houve um atraso na execução da obra, devido à situação epidémica, prevê-se a sua conclusão no segundo trimestre de 2022.

2.10. OBRAS DE PREVENÇÃO DE INUNDAÇÕES

O Governo da RAEM continua a promover os trabalhos relativos à prevenção e escoamento de inundações, que abrangem as zonas do Porto Exterior, Fai Chi Kei até à Ilha Verde, Praça de Ponte e Horta e Lado Oeste de Coloane. Entre esses trabalhos, foi iniciada a empreitada nas zonas do Fai Chi Kei até à Ilha Verde, prevendo-se a sua conclusão em

2021. Por outro lado, procura-se que as obras de drenagem na Praça de Ponte e Horta sejam iniciadas em 2021, tendo em conta o andamento das obras nas zonas adjacentes e a situação de tráfego. Quanto à obra de protecção contra inundações no lado oeste de Coloane, está em curso o respectivo estudo especializado, cuja conclusão está prevista para 2021.

Continuam a ser promovidos os trabalhos de modelagem digital para testar, em tempo real, a comporta no Porto Interior, procedendo-se à análise mediante a modelagem digital, de forma a avaliar cientificamente a eficácia da construção, de modo a fundamentar a tomada de decisão. Prevê-se que o relatório do teste fique concluído em 2021.

Relativamente à obra da comporta do Porto Interior, o relatório do estudo de viabilidade será alterado de acordo com os resultados do teste, efectuado através da modelagem digital, e os pareceres dos ministérios e comissões nacionais e será depois submetido à apreciação e aprovação do Governo Central. Em simultâneo, realizar-se-ão a concepção preliminar da obra e a prospecção geotécnica.

Serão iniciados os trabalhos relativos aos tanques elevados de água consoante conclusão da ponderação das necessidades.

2.11. OUTROS TRABALHOS

As obras de construção do edifício de instalações públicas da Zona B6 serão iniciadas em 2021.

Serão iniciados, em 2021, os processos de obtenção de propostas para a concepção e construção do Arquivo do Governo no Lote O4 da Zona Industrial de Pac On e para a concepção do edifício da Administração no Lote 12 da NAPE.

Será iniciada, em 2021, a obra de reforço do emissário residual das zonas ZAPE e NAPE, de forma a aumentar a capacidade das instalações existentes. A maior parte da obra será realizada pelo método de escavação subterrânea (mediante o uso de perfuradoras), procurando reduzir o número de obras viárias e minimizar o impacto sobre o trânsito.

3. HABITAÇÃO

3.1. HABITAÇÃO PÚBLICA

Habitação Social

Foi implementado o mecanismo de natureza permanente de candidatura a habitação social, através de uma plataforma electrónica para permitir que os residentes em situação económica desfavorecida possam apresentar candidatura a qualquer momento. Irá proceder-se,

de forma ordenada, à apreciação dos rendimentos e património dos candidatos e à atribuição de pontuação, bem como estabelecer um mecanismo que permita a restituição da habitação social, tendo em vista a utilização, de forma razoável e eficaz, dos recursos de habitação social.

O Governo da RAEM irá também proceder ao aproveitamento integral das fracções que estarão construídas em 2021, da 2.^a fase da Habitação Social de Mong Há, e das fracções renovadas, bem como à sua atribuição sucessiva, por arrendamento, aos agregados familiares elegíveis do concurso de 2017. O abono de residência continuará a ser atribuído aos agregados familiares da lista de espera de habitação social do concurso de 2017 e os arrendatários de habitação social que satisfaçam as condições exigidas também continuarão a estar isentos do pagamento de rendas durante todo o ano.

Habitação Económica

Concluído o trabalho da apreciação preliminar de mais de 37 000 candidaturas a habitação económica, do sorteio e da elaboração da lista de ordenação dos candidatos, proceder-se-á, em seguida, à apreciação substancial do primeiro grupo de 3011 candidaturas. Após concluídas as obras de construção, principalmente, do pódio dos edifícios, irá organizar-se a escolha de fracções pelos agregados familiares habilitados.

Logo após a entrada em vigor da alteração à Lei da Habitação Económica, foi simplificado o procedimento de apreciação das condições dos promitentes-compradores de habitação económica, precedente à celebração da respectiva escritura, e ao tratamento dos casos pendentes por motivos decorrentes de sucessão e do regime de bens do casamento. O combate às situações ilegais e de abuso da utilização das habitações públicas será reforçado. Acompanhar-se-á a elaboração do diploma complementar à Lei da Habitação Económica, incluindo os procedimentos de candidatura, documentos necessários e critérios de atribuição de pontuação. Será preparada a criação de uma plataforma de serviços para a apresentação, via electrónica, de candidaturas a habitação económica, com vista a criar os alicerces para desenvolver a próxima fase de trabalhos.

3.2. ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS

Verificando-se o envelhecimento dos edifícios e a falta de manutenção das instalações comuns dos edifícios, compete aos próprios proprietários cumprir, de forma activa, as suas responsabilidades de reparação. O Governo da RAEM irá, para além do apoio financeiro através do Fundo de Reparação Predial, ajustar os beneficiários, o âmbito de apoio e o valor a atribuir pelo Fundo, tendo em conta as opiniões recolhidas junto da sociedade, de maneira a motivar ainda mais os proprietários a procederem à manutenção e reparação dos edifícios.

A eficácia da administração de edifícios baseia-se principalmente na participação dos proprietários na mesma, pelo que o Instituto de Habitação irá aproveitar as novas formas de informação para dar continuidade à organização de actividades de divulgação, bem como à

realização de sessões de esclarecimento destinadas às administrações, visando reforçar os conhecimentos jurídicos e técnicos de administração dos proprietários. Simultaneamente, os empresários de administração de condomínios serão incentivados a convocar a primeira sessão da assembleia geral do condomínio, de modo a que os proprietários assumam, em conjunto, as respectivas obrigações de administração.

3.3. ACTIVIDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA

Será dada continuidade à realização de cursos de conhecimentos jurídicos junto dos agentes imobiliários, lançando-se, no início do próximo ano, a base de perguntas do exame de habilitação técnico-profissional da actividade de mediação imobiliária, no sentido de elevar o nível dos serviços dos profissionais do sector. Em relação à alteração da Lei da Actividade de Mediação Imobiliária, proceder-se-á à análise das opiniões e sugestões do sector e da sociedade e será elaborado o documento de consulta a fim de se dar início, oportunamente, à consulta pública.

4. TRANSPORTES

4.1. TRANSPORTES TERRESTRES

O Governo da RAEM continuará a fiscalizar e controlar o crescimento anual do número de veículos, reforçando os trabalhos de gestão de veículos.

Prosseguindo com o “Estudo do Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030)” e tendo em conta a experiência de desenvolvimento e gestão do trânsito de Macau nos últimos anos, será estudado o rumo orientador para o desenvolvimento geral do trânsito e dos transportes terrestres para os próximos dez anos.

Autocarros

Os novos contratos de concessão entrarão em vigor em 1 de Janeiro de 2021, salientando-se as seguintes alterações relevantes para a melhoria do serviço: aumento do número de veículos ecológicos e de piso rebaixado, revisão do critério para o cálculo do valor de apoio financeiro, reforço na flexibilidade da frequência de carreiras com grau de conforto assegurado, reforço das sanções e das exigências para o desconto do apoio financeiro, definição do valor de retribuição do contrato, reforço na fiscalização do aluguer de veículos e das actividades de publicidade, entre outras.

A DSAT continuará a fiscalizar o regime de avaliação do serviço de autocarros, ajustando a atribuição da pontuação dos indicadores do grau de satisfação dos passageiros, de forma a facilitar a fiscalização do serviço por parte do público.

Em concretização da política Primazia dos Transportes Públicos, a DSAT continuará a procurar uma melhoria da rede de autocarros, nomeadamente através da reorganização e fusão de algumas carreiras.

Continuam a ser aperfeiçoadas as instalações das paragens de autocarros, nomeadamente estão a ser realizadas as obras de reordenamento das paragens de correspondência e de modificação do Auto-Silo na Praça de Ferreira do Amaral, em prol da melhoria das condições de espera de autocarros, em resposta às necessidades dos passageiros. Os trabalhos de concurso e início das obras estão planeados para 2021.

Táxis de Aluguer

Devido à situação epidémica, a entrada em funcionamento dos 100 táxis especiais, que estava prevista para 2020, será adiada para Agosto de 2021.

Metro Ligeiro

Em 2021, o estudo do traçado da Linha Leste será aprofundado, com base nas opiniões recolhidas na consulta pública, submetendo-se depois ao Governo a proposta final, no segundo semestre do mesmo ano.

Com base nas experiências acumuladas na operação da Linha da Taipa, a Sociedade do Metro Ligeiro de Macau, S.A. continua a aperfeiçoar as instalações de *software* e *hardware*, com o intuito de prestar um serviço estável, credível e seguro. Por outro lado, serão exploradas actividades operacionais além da venda de bilhetes, nomeadamente a publicidade e o arrendamento dos espaços do centro inter-modal para actividades comerciais, em prol de um melhor aproveitamento do Metro Ligeiro, tendo em vista a eficiência e eficácia económicas.

Redes Pedonais

O Governo tem vindo a criar, de forma progressiva, um ambiente pedonal acessível sem barreiras arquitectónicas, nomeadamente através do recurso a elevadores e escadas rolantes para resolver as questões de ligação entre as zonas altas e baixas, do aperfeiçoamento das actuais instalações pedonais, bem como da criação de um novo sistema para aperfeiçoar e embelezar o espaço público das zonas adjacentes, fazer a ligação das vias dos diversos bairros com as vias principais e reduzir a distância dos percursos pedonais, incentivando as deslocações a pé e amigas do ambiente.

Será concluída, em 2021, a passagem superior pedonal do Posto Fronteiriço Qingmao, na Avenida do Comendador Ho Yin, na Ilha Verde.

As obras de construção da travessia pedonal ao longo da Avenida de Guimarães, na Taipa, e do melhoramento da passagem superior pedonal situada na Estrada da Areia Preta encontram-se na fase de conclusão.

Prevê-se que os trabalhos de projecto e construção do Sistema Pedonal Circundante da Guia sejam iniciados no primeiro semestre de 2021.

Será iniciado o processo de obtenção de propostas para a obra de instalação de elevadores nas duas passagens superiores pedonais da Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues, prevendo-se o início da obra em 2021.

Será lançado o “sistema de informação para deslocações”, que disponibilizará diversas informações relativas ao tráfego, de forma a facilitar o planeamento das deslocações pelos residentes e condutores.

Auto-silos e Estacionamento

Continuarão a ser avaliadas as instalações de lugares de estacionamento nas vias públicas, ajustando-as às características de cada zona e ao período de tempo de estacionamento.

Reforçar-se-á a inspecção e remoção de veículos com matrículas canceladas ou relativamente aos quais não foi pago o imposto de circulação, por forma a disponibilizar mais estacionamento público.

Será intensificada a inspecção e a regulamentação da gestão de parques de estacionamento públicos, continuando a adoptar-se métodos para que a gestão e exploração de longa duração de vários auto-silos públicos sejam efectuadas mediante a realização de um único concurso público, de modo a garantir um melhor controlo da gestão dos auto-silos e poupança de custos administrativos.

4.2. AVIAÇÃO

As infraestruturas do Aeroporto Internacional de Macau devem ser aperfeiçoadas, de modo permitir ao aeroporto desempenhar plenamente o seu papel de aeroporto internacional no oeste da Grande Baía Guangdong-HongKong-Macau, e prestar serviços aéreos diversificados aos residentes de Macau e aos visitantes da Delta do Rio das Pérolas. A avaliação do impacto ambiental e o plano de construção dos aterros, que tiveram início este ano, para implementar o “Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau”, serão concluídos em 2022, e será apresentado o pedido de autorização para a realização de aterros ao Governo Central.

O projecto de expansão do terminal de passageiros do lado Sul, que inclui o alargamento das áreas de espera dos passageiros, o aumento do número de mangas de embarque e portas de embarque e a melhoria das instalações dedicadas ao comércio e restauração, e estará concluído e em operação em 2022, vai aumentar a dimensão do terminal de passageiros dos actuais 59 500 m² para 76 500 m², aumentando consideravelmente o conforto dos passageiros que utilizam as instalações aeroportuárias.

Serão iniciadas, em 2021, as obras de transformação de parte do Terminal Marítimo da Taipa no segundo terminal do Aeroporto Internacional de Macau, prevendo-se que as novas

instalações estejam operacionais em 2022. Além disso, a CAM está igualmente a preparar a operação do heliporto no Terminal Marítimo da Taipa, que deverá entrar em operação também em 2022.

O Governo da RAEM iniciou o processo de alteração do Regime Jurídico da Exploração da Actividade de Transporte Aéreo de Passageiros, e irá estabelecer um novo regime de acesso à actividade, concretizando a abertura do mercado. Prevê-se que o respectivo processo legislativo tenha lugar em 2021. Após a implementação do novo regime jurídico, as companhias aéreas registadas em Macau que prestam serviço público de transporte aéreo, independentemente de serem operadoras existentes ou novas, prestarão serviços aéreos ao abrigo deste novo regime.

4.3. TRANSPORTES MARÍTIMOS DE PASSAGEIROS

Será revisto o Regulamento Administrativo relativo ao transporte marítimo de passageiros, de forma a tornar mais flexível a operação do sector, contribuindo assim para o desenvolvimento do transporte marítimo de passageiros e dos passeios marítimos.

Com a conclusão da ponte-cais provisória da Barra, coordenar-se-á com a operadora dos passeios marítimos para determinar o ponto de embarque na mesma ponte-cais.

5. PROTECÇÃO AMBIENTAL

5.1. PLANEAMENTO

Com o objectivo de definir, de forma sistemática, as políticas de protecção ambiental de Macau, será concluído, em 2021, o estudo relativo ao balanço da execução do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau 2010-2020 e o texto do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau 2021-2025.

5.2. RESÍDUOS SÓLIDOS

O Governo da RAEM promove o Planeamento da Gestão de Resíduos Sólidos de Macau (2017–2026) e envida esforços para reduzir a pressão sobre o Aterro para Resíduos de Materiais de Construção. O Regime de Gestão de Resíduos de Materiais de Construção entrará oficialmente em vigor em 17 de Janeiro de 2021, regulamentando o uso do aterro e o regime de cobrança de taxas, reforçando a supervisão e o mecanismo sancionatório sobre o abandono ilegal de resíduos de construção civil. Ao mesmo tempo, serão criadas instalações de despejo de lamas marinhas do aterro para resíduos de materiais de construção.

A DSPA continuará a promover a empreitada de expansão da Central de Incineração de Resíduos Sólidos e executará gradualmente as obras para as instalações de apoio. Em 2021,

será concluída a construção da nova estação de báscula e, gradualmente, será construída a nova subestação e a nova estação de tratamento de resíduos especiais e perigosos.

Para reforçar a limitação do uso de plástico, será proibida a importação de artigos em esferovite descartáveis para refeições e será concluída a investigação sobre os microplásticos em Macau, bem como o estudo sobre as estratégias de resposta.

Em 2021, continuarão a ser promovidos os trabalhos de reciclagem selectiva e aperfeiçoada e será alargada a rede de recolha na comunidade, através da promoção do programa “Reciclar em edifícios é muito fácil”, proporcionando meios de reciclagem mais convenientes para os residentes de edifícios altos, a par do aumento de mais “Centros Ambientais Alegria”, destinados a promover e a popularizar entre a comunidade os trabalhos de redução de resíduos e de reciclagem, e da conjugação com os postos de reciclagem limpa instalados na rua no âmbito do Programa de Pontos Verdes, promovendo e incentivando os residentes para a reciclagem limpa. Ao mesmo tempo, serão instalados mais dispensadores de água e máquinas de recolha de garrafas de plástico em locais adequados, promovendo hábitos de vida amigos do ambiente.

5.3. ÁGUAS RESIDUAIS

Para continuar a otimizar as Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), a DSPA irá concluir as obras de optimização da ETAR da Península de Macau. Serão testadas as novas instalações de tratamento de águas residuais para entrarem posteriormente em funcionamento, permitindo elevar a qualidade geral das águas tratadas por aquela estação. Em 2021, será realizado o concurso público para as obras de modernização da ETAR de Coloane.

Foi concluída a elaboração dos documentos de concurso público para as obras de construção da ETAR na Zona de Administração de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

Para cumprir o objectivo definido na Lei de Bases de Gestão das Áreas Marítimas – proteger o meio ecológico das áreas marítimas –, a DSPA, em 2021, continuará a promover, de forma faseada, os trabalhos de reordenamento dos pontos negros de emissões de águas residuais na costa de Macau e dará início às obras de construção das instalações provisórias de tratamento de águas residuais junto do Terminal Marítimo do Porto Exterior, com vista a proteger o meio hídrico da costa.

5.4. CONSERVAÇÃO ENERGÉTICA E RECICLAGEM DE RESÍDUOS ALIMENTARES

Em 2021, continuarão a ser realizadas várias actividades ligadas à divulgação da protecção ambiental e de conservação energética, e continuarão a ser promovidos junto

dos cidadãos conceitos de valorização e uso racional de recursos, principalmente através da plataforma online.

Continuar-se-á a promover a redução e a recolha de resíduos alimentares e, através do aprofundamento do plano piloto de recolha nos estabelecimentos de restauração, procurar-se-á incentivar o sector para a recolha de resíduos alimentares e mais hotéis com condições a tratarem localmente os respectivos resíduos. Será concluída, em 2021, a elaboração dos documentos de concurso para as instalações de tratamento centralizado de resíduos alimentares.

Até finais de 2021, serão substituídas cerca de 54% das lâmpadas das ruas de Macau por LED, nomeadamente, serão substituídas todas as lâmpadas de sódio de alta pressão por LED.

5.5. MELHORIA DA QUALIDADE DO AR

Será concluída a elaboração do projecto do regulamento administrativo sobre as normas para emissões de poluentes atmosféricos provenientes de caldeiras dos estabelecimentos industriais e comerciais, envidando-se esforços para entrar em processo legislativo em 2021.

Será concluído o estudo sobre a regulação e o controlo de compostos orgânicos voláteis libertados por tintas de construção civil em Macau.

A Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos (DSMG) continuará a ampliar a rede de vigilância da qualidade do ar e a instalar mais estações de vigilância, de modo a fornecer ao público mais informações sobre o nível da qualidade do ar e relativas às principais vias rodoviárias.

5.6. RESPOSTA A FENÓMENOS NATURAIS

Para fornecer informações meteorológicas de forma precisa e atempada à população, a DSMG vai instalar uma estação de vigilância meteorológica automática, otimizando continuamente a rede de monitorização meteorológica.

A DSMG vai, de forma contínua, otimizar o sistema de análise e previsão meteorológicas e reforçar o mecanismo e meio de divulgação de informações, por forma a prestar serviços que vão ao encontro das necessidades dos cidadãos e para minimizar o impacto na sua vida quotidiana. Ao mesmo tempo, será também criado um sistema de gestão da qualidade para a prestação de serviços de alerta e aviso em caso de mau tempo, elevando a qualidade do serviço.

Em resposta à possibilidade de ocorrência de tsunamis no Mar do Sul da China, a DSMG vai criar um alerta para que os cidadãos possam ser notificados atempadamente e tomar medidas correspondentemente e adequadas.

No âmbito da divulgação e promoção, a DSMG vai reforçar a divulgação e a promoção sobre desastres meteorológicos e naturais, de modo a elevar a consciência para a prevenção.

6. GESTÃO DE FORNECIMENTO PÚBLICO

6.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Prevê-se que as obras que garantem o abastecimento de água bruta nas estações de bombagem de Ping Gang–Guang Chang, a executar em Zhuhai, impulsionadas em conjunto com o Interior da China, serão concluídas em 2021, permitindo assim reforçar a segurança no abastecimento de água entre Zhuhai e Macau.

Serão integralmente concluídas as infra-estruturas, a instalação de equipamentos e o funcionamento, a título experimental, da Estação de Tratamento de Água em Seac Pai Van, para preparar bem a sua entrada em funcionamento, em 2021. Na altura, será elevada a segurança e a garantia do abastecimento de água das ilhas e de todo o território de Macau.

Serão concluídos, em 2021, os trabalhos principais de reconstrução da barragem de Ká Hó e do arruamento envolvente do lago do reservatório; com a conclusão do relatório de estudo para o aprofundamento do leito do reservatório de Seac Pai Van para a sua ampliação, serão iniciados os trabalhos de elaboração do projecto.

Será promovida a reutilização de água reciclada e irá avançar-se com a definição do respectivo padrão de qualidade, com vista a implementar as medidas relativas à reciclagem de recursos hídricos definidas no Programa de Poupança de Água de Macau.

6.2. FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE

Em 2021, será concluída a construção de quatro postos de transformação nos bairros antigos.

As obras de construção da subestação da terceira interligação de transmissão eléctrica de alta tensão serão concluídas no final de 2021, envidando-se esforços para que a mesma entre em funcionamento na primeira metade de 2022.

Será revisto e reformulado o programa de tarifas de electricidade progressivas e o programa de tarifas para o serviço de carregamento público de veículos eléctricos, de modo a implementar os princípios de “pagar mais, quem consome mais” e de “utilizador-pagador”.

6.3. FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL

Será concluída, em 2021, a versão preliminar do relatório do estudo de viabilidade do segundo gasoduto de transporte de gás em alta pressão, prevendo-se que o relatório detalhado esteja concluído em 2022.

Prevê-se que o gasoduto subaquático de fornecimento de gás, que ligará a Taipa e a península de Macau, comece a ser construído em 2021, e, após a sua construção, a rede de fornecimento de gás abrangerá a península de Macau, concretizando-se o objectivo de fornecimento de gás à península de Macau.

A concessionária continuará a ser incentivada a conjugar com os trabalhos preparatórios da construção da estação de armazenamento de emergência de gás natural liquefeito (GNL), de modo a iniciá-la, com a maior brevidade possível, após a concessão do terreno e quando estiverem reunidas as condições para a execução de obras.

6.4. GESTÃO DE REDES

Continuarão a incentivar-se mais instituições a integrarem a iniciativa “FreeWiFi.MO”, no sentido de alargar a cobertura do serviço gratuito Wi-Fi, bem como melhorar a qualidade dos serviços prestados.

De acordo com a Lei da Cibersegurança e os regulamentos administrativos relacionados, a Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações cumpre as suas atribuições como parte integrante do Centro de Alerta e Resposta a Incidentes de Cibersegurança, articulando com os serviços envolvidos o desenvolvimento ordenado do plano de trabalhos de gestão da cibersegurança, de forma a evitar ou reduzir o impacto causado por incidentes deste tipo.

6.5. SERVIÇOS POSTAIS E TELECOMUNICAÇÕES

Prevê-se que a nova estação postal, no edifício do posto fronteiriço da Zona de Administração de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, entre em funcionamento em 2021, com diversos quiosques de auto-atendimento para os cidadãos selecionarem os serviços pretendidos, proporcionando aos turistas uma utilização mais fácil e conveniente dos serviços postais.

Será feita uma revisão do decreto-lei e das respectivas portarias do enquadramento jurídico da prestação dos serviços postais.

Será feita uma avaliação sobre o futuro da concessão do serviço público de telecomunicações baseada na Revisão Intercalar do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações, tendo em conta a aproximação do fim da sua validade. Para além disso, serão acompanhados os trabalhos sobre a transição, no futuro, para a licença de convergência, no âmbito da renovação do contrato de concessão do serviço terrestre de televisão por subscrição.

CONCLUSÃO

Dadas as constantes alterações sociais e demográficas, as velozes transformações tecnológicas, a ameaça das alterações climáticas e a crescente integração no contexto regional, traçamos as nossas metas com a devida flexibilidade para que as opções de hoje se possam adaptar às realidades futuras.

Pretendemos, antes de mais, dar resposta às necessidades mais graves e urgentes da nossa população e da cidade, de uma forma célere, eficaz e justa, bem como tomar decisões que sirvam também as gerações futuras.

E para cumprir eficazmente os objectivos a que nos propomos, vamos continuar a reforçar a capacidade de trabalho e a desenvolver sinergias com os diferentes sectores da sociedade em prol de decisões científicas e consensuais.

Procederemos a reestruturações consoante as necessidades do desenvolvimento, estando previstas alterações no organograma que farão com que esta tutela passe a abranger dez serviços.

Mantemos, assim, o objectivo de otimizar o funcionamento da tutela e de melhorar, de forma permanente, a eficiência e a coordenação dos trabalhos, continuando a contar com o esforço de toda a equipa e da colaboração de todos para o cumprimento das metas definidas.